

## Incentivos

Por iniciativa do Presidente da República, na semana passada falou-se muito em inovação. No âmbito de uma presidência aberta dedicada ao tema, o Presidente visitou empresas e centros de investigação de excelência. Em clara ruptura com a atitude pessimista que tem imperado na opinião pública, o Presidente mostrou ao País que os portugueses podem estar entre os melhores do Mundo. Para isso, é necessário inovar, investir, trabalhar.

Sem dúvida, a iniciativa é oportuna. Por um lado, é necessário acabar de vez com a psicose colectiva em que o país mergulhou. Por outro lado, a inovação tem efeitos externos positivos e, por isso, deve ser acarinhada. Quando uma empresa adopta uma nova tecnologia ou ensaia uma mudança organizacional, transmite conhecimento aos seus quadros. Esses quadros podem mudar de emprego ou formar novas empresas, exportando o conhecimento adquirido. As outras empresas, ao observar as práticas da empresa que inova, tendem a ajustar-se, imitando-as se for caso disso. Como o conhecimento não é rival no consumo, pode ser partilhado em benefício de todos. Onde há mais conhecimento, há maior produtividade e salários mais elevados. Nessa medida, a inovação deve ser apoiada pelo Estado.

O apoio à inovação não deve, no entanto, constituir uma nova panaceia para os problemas da Economia Portuguesa. A inovação é condição necessária ao crescimento económico, mas deve ser entendida como o *resultado* de um *conjunto* de circunstâncias e não como uma variável de política (se a inovação fosse obtida por decreto, a União Soviética teria sido um sucesso!). Nesse sentido, é importante contestar a ideia de que as empresas portuguesas não inovam porque o Estado não apoia. Em primeiro lugar, o que mais há por aí são apoios ao investimento. Em segundo lugar, é importante referir que Portugal é o país da União Europeia onde o Estado tem maior peso nas despesas totais em Investigação e Desenvolvimento (I&D): 69.7%, contra 36.0% no conjunto da UE (Innovation Scoreboard, 2001). Mais, o aumento das despesas em I&D verificado em Portugal durante os anos 90 deveu-se essencialmente ao crescimento da componente pública. Porque será que o Sector Privado não acompanhou?

Naturalmente, em áreas específicas, há empresas portuguesas a desenhar a fronteira tecnológica. Mas essa não é a regra. Para a maior parte das empresas, sai mais barato adoptar técnicas já existentes, estejam elas mais ou menos próximas da fronteira, do que tentar inventar algo de completamente novo. Será isso surpreendente num país onde os trabalhadores, em média, estão pouco motivados e têm as qualificações que têm? Em que medida será razoável pretender algo completamente diferente? Com isto não pretendo reduzir o problema a uma questão de recursos humanos. O que mais há no mundo são experiências onde avultados investimentos em educação não resultaram em maior crescimento económico. Mas é importante ter em consideração a existência de *complementaridades*: uma economia será tanto mais permeável aos benefícios da difusão tecnológica quanto mais habilitados estiverem os seus recursos humanos a adoptar as novas tecnologias.

Mas também a qualidade dos recursos humanos deve entendida como um resultado e não tanto como uma variável de política. Nesse aspecto, a educação não é diferente da inovação: em ambos os casos há efeitos externos positivos, que justificam o apoio do Estado, mas financiamento público não chega: há factores complementares . Em particular, é importante assegurar que prevalecem os incentivos correctos. Aliás, também aqui a experiência portuguesa fornece uma boa ilustração: porque será que os nossos alunos - aqueles que vão à escola - têm piores notas em testes internacionais de ciência e matemática que os alunos dos outros países? Possivelmente, os nossos alunos aprendem aquilo que lhes ensinam. Se não aprendem mais, é porque não são induzidos a esforçar-se mais.

Em geral, em Portugal fala-se demasiado em financiamento público e pouco em incentivos. No entanto, há falhas muito graves no sistema de incentivos. Essas falhas revelam-se nos mais diversos domínios da actividade económica: se os estudantes estão mal preparados, se há tantos acidentes na construção civil, se os funcionários públicos se esforçam pouco, se as nossas cidades não tem espaços verdes, tudo isso se explica da mesma forma: *os indivíduos fazem aquilo que consideram mais vantajoso, tendo em conta as oportunidades e o risco*. Incluindo trabalhar, aprender, inovar, pagar impostos, corromper ou usar nitrofurano. Como é evidente, as sociedades procuram proteger-se das escolhas que não alinham com o bem estar colectivo, criando regras. O problema é quando as regras não são boas ou quando os indivíduos não se sentem compelidos a cumprir as regras existentes, seja por falta de fiscalização ou por ausência de penalização. Nesses casos, surgem desvios entre a actuação dos indivíduos e o interesse colectivo e toda a "linha de montagem" anda mais devagar. O incentivo ao esforço é menor, a produtividade é mais baixa e há menos inovação. E muito investimento público resulta em desperdício.

Miguel Lebre de Freitas  
Departamento de Economia  
Universidade de Aveiro